

Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores

Homelessness and cooperativeness: moving through the production of values

Vida en la calle y cooperativismo: transitando por la producción de valores

Maria Isabel Garcez Ghirardi¹
Samira Rodrigues Lopes²
Denise Dias Barros³
Débora Galvani⁴



Cair na rua e manter-se em pé

Basta andar pelas ruas dos grandes centros urbanos, com um pouco de atenção, para constatar os efeitos deletérios do fim da *sociedade salarial* sobre a vida dos cidadãos (Castel, 2004). É notório o aumento da população de rua em cidades como São Paulo, por exemplo. Na última década, o empobrecimento progressivo da população contribuiu para esse aumento, ampliando o contingente social que vive em situação de miséria ou de *inutilidade social* (Castel, 2004).

Segundo o censo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), em outubro de 2003⁵, a atual população de rua na capital de São Paulo é constituída por 10.394 pessoas, das quais 80,3% são do sexo masculino. Isso representa um crescimento de 19,3% da população de rua, em relação ao censo realizado pela Fipe em 2000 quando esta população perfazia um total de 8.706 pessoas.

De acordo com a Fipe, atualmente essa população é composta por 1% de sujeitos com idades entre 7 e 14 anos, 1% entre 15 e 17 anos, 8% entre 18 e 25 anos, 32% entre 26 e 40 anos; 35% entre 41 e 55 anos, 14% têm 56 anos ou mais e 9% das pessoas não têm os dados acessíveis.

Cair na rua é a expressão usada por essa população para simbolizar a ruptura que a leva às ruas e que a torna invisível, aos olhos de quem transita pelos grandes centros urbanos.

Cair na rua tem sido a única alternativa de sobrevivência de pessoas que perderam o

⁵ Em 2000 o IBGE divulgou que esta população não faria parte da contagem domiciliar, realizada pelo mesmo, devido a grande mobilidade da mesma.

¹ Docente Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Departamento de Terapia Ocupacional. <pepag@usp.br>

² Formadora de cooperativas populares pela ITCP-USP. <lopes_samira@yahoo.com.br>

³ Docente, FMUSP/TO. <ddbarros@usp.br>

⁴ Terapeuta Ocupacional, departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, FMUSP. <deboragal@uol.com.br>

trabalho nas últimas décadas na cidade de São Paulo. É sabido que o aumento crescente do desemprego tem como decorrência um *efeito em cascata* de crescimento da população em situação de rua⁶. Assim, *cair na rua* é também uma maneira de passar para o *outro lado* da sociedade capitalista, no qual o reconhecimento dos sujeitos como atores sociais não está necessariamente relacionado à capacidade produtiva, mas à capacidade de desenvolver estratégias de sobrevivência em situações de violência. A condição de morador de rua expõe o sujeito ao enfrentamento de carências de toda ordem, além de exigir que ao mesmo tempo ele se adapte a outras referências de vida social bastante distintas daquelas anteriormente vividas (Vieira et al., 1994).

Esse movimento de adaptação aos espaços das ruas ocorre em três momentos distintos, a saber: *ficar* na rua, *estar* na rua e *ser* da rua. Essa variação semântica parece traduzir um movimento de adaptação que vai do transitório ao permanente na relação com o espaço público.

Ao *cair na rua* o sujeito ainda preserva alguns vínculos com o “outro lado” que lhe permitem conseguir trabalho, mantendo contatos com alguns colegas e também com alguns parentes. Estabelecendo-se em albergues, pensões e alojamentos, pode-se dizer que, neste primeiro momento, o indivíduo *fica na rua*, uma vez que ainda preserva uma rede de relações de suporte. Com o passar do tempo, transforma-se a relação com o espaço das ruas e um processo de progressiva identificação com outros sujeitos cujas rotinas lhe são semelhantes permite que se estabeleça uma nova rede de relações que vai, aos poucos, substituir as antigas redes sociais. A familiaridade progressiva com o novo ambiente diminui o sentimento inicial de ameaça e vulnerabilidade, à medida em que o cotidiano e as alternativas de sobrevivência do espaço urbano vão compondo o dia a dia do sujeito. A rua e seus moradores tornam-se progressivamente mais importantes como referência para o sujeito e, dessa forma, um novo cotidiano se estrutura a partir desse novo referencial. Pode-se dizer, então, que este sujeito *está na rua*. A desvinculação gradativa das redes sociais de suporte e a adesão aos códigos das ruas permite uma articulação do cotidiano em torno desta nova realidade. O espaço das ruas se constitui como local de moradia e de trabalho, neste momento o sujeito passa a *ser da rua*.

Dessa forma o sujeito cumpre progressivamente o processo que Castel (1995) denomina de *processo de desfiliação*. Esse processo se estabelecerá como conseqüência da crise contemporânea em torno das relações de trabalho (e o alto índice de desemprego) e definiria um movimento que levaria o sujeito de um pólo de inclusão social (com moradia, com saúde e com trabalho) para uma situação de perdas de direitos sociais e de progressivas rupturas de redes sociais.

Viver a rua como um espaço de moradia e trabalho tende a levar os sujeitos a permanecerem em lugares com maiores possibilidades de captação de recursos que favoreçam a própria sobrevivência. Isso explicaria por que 54% (4.676 pessoas) da população de rua, da capital de São Paulo, habita a região central da cidade. A rua tende a ganhar importância progressivamente, pautando o cotidiano das pessoas, bem como suas relações pessoais e sociais (Vieira et al., 1994).

O dia a dia dessa população gira basicamente em torno de dois eixos: a busca por meios de sobrevivência (“bocas de rango”⁷ para alimentação, associações para cuidados com a higiene pessoal, albergues para descanso e segurança noturnos, por exemplo) e a busca por trabalhos temporários, como bicos na construção civil, ou o recolhimento de materiais recicláveis para venda.

Por outro lado, a utilização constante dos equipamentos de auxílio que tendem a suprir as necessidades vitais dessa população parece favorecer uma situação de progressiva fixação nas ruas. Essa relação de dependência dos equipamentos de auxílio tende, também, a interferir em aspectos ligados ao desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, fragilizando sua auto-estima e contribuindo para a fragmentação da identidade de pessoas que romperam seus vínculos sociais de referência (Domingues Jr., 2003).

⁶ Os termos população de rua e população em situação de rua são termos utilizados na literatura, no entanto ainda existem certas controvérsias quando ao significado e à abrangência desses termos.

⁷ Locais que oferecem alimentação a um custo bastante acessível.

⁸ Entende-se emprego como uma atividade econômica exercida em função de um empregador. Já o trabalho é entendido como qualquer atividade econômica ou empreendimento do sujeito com o fim de prover o próprio sustento ou o sustento de um grupo de pessoas, independente de qualquer tipo de vínculo salarial.

⁹ Entende-se situação de rua como aquela em que se encontra tanto a pessoa que utiliza os logradouros públicos como habitação e/ou para atividades cotidianas (dormir, alimentar-se e trabalhar), bem como aquelas que pernoitam em albergues por não possuírem moradia autônoma.

¹⁰ Todo aparato familiar, social, cultural e de trabalho que permite ao indivíduo estar inserido na sociedade.

¹¹ Autonomia pode ser tomada como a capacidade do indivíduo decidir sobre o desenrolar de sua vida; já independência seria a concretização dessas decisões por seus próprios meios físicos, econômicos, culturais, psíquicos, sociais.

Viver na rua não significa necessariamente viver sem dinheiro mas, sobretudo, significa adquirir o essencial para a sobrevivência sem passar pelo mercado. Não significa a eliminação de trabalho, mas o abandono do compromisso constante e cotidiano do emprego, substituído por outras formas de trabalho⁸. Também não significa viver sozinho, mas estabelecer novos vínculos com diferentes pares. Assim, viver na rua é também transitar pela possibilidade de gerar renda como estratégia para agregar valor à própria existência.

Economia solidária como alternativa para geração de renda e de valor

O projeto no qual desenvolveu-se a intervenção que passamos a relatar é uma Associação, concebida nos moldes de uma Organização não Governamental (ONG), localizada na região central da cidade de São Paulo e criada em 1994, fruto de uma parceria entre o PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais e a OAF – Organização de Auxílio Fraternal.

Esta ONG caracteriza-se como um Centro de Referência para a população em situação de rua⁹. População composta majoritariamente por homens na faixa etária entre vinte e quarenta anos, caracterizando um contingente de mão de obra potencialmente produtiva, porém fora do mercado de trabalho. Essas pessoas encontram-se, conforme indicamos anteriormente, numa situação de desemprego de longa data, além de terem perdido seus vínculos familiares com cônjuges, filhos ou outros parentes e de sobreviverem da assistência prestada por equipamentos de auxílio como albergues e “bocas de rango”.

Neste contexto de rupturas de redes sociais de suporte¹⁰, marcadas principalmente pelo desemprego, uma nova população de rua surge. Diferentemente dos mendigos e andarrilhos de décadas passadas, o morador de rua caracteriza-se, atualmente, pela situação de desemprego de longa data e pela dificuldade de acesso a bens materiais e simbólicos, que resulta no aumento das desigualdades sociais, e no enfraquecimento da auto-estima (Nascimento, 2000).

Diante da crise do trabalho intensifica-se também o processo de ruptura de redes sociais de suporte e cria-se a necessidade de se propor alternativas econômicas e sociais que respondam às urgentes demandas dessa população, além de possibilitar-lhe o resgate da autonomia e da independência¹¹.

É neste contexto, de busca de alternativas viáveis para a situação atual, que a Economia Solidária se inscreve, propondo uma cultura transformadora das relações humanas, comunitárias e sociais, tendo a sustentabilidade econômica como um dos eixos de promoção de bem-estar individual e coletivo.

O movimento cooperativista, nascido na perspectiva da Economia Solidária intensificou-se no Brasil a partir da década de 1990 e caracterizou-se como um modo de produção e distribuição econômico, alternativo, criado e recriado pelos que se encontram marginalizados do processo de trabalho (Singer, 2000).

Este movimento, em torno de alternativas que façam frente à marginalização provocada pelo capital, torna possível a inclusão social, política e econômica de sujeitos que, por não estarem incluídos no cenário do trabalho, tornam-se *inúteis socialmente* (Castel, 2004) podendo até mesmo ser fisicamente eliminados, numa radicalização da exclusão social (Nascimento, 2000).

O trabalho passa a ser projetado como um “*processo de reconstrução da subjetividade, de produção de desejos, de elaboração de projetos de vida, [sendo que] é rico em movimento e complexo em ação*” (Nogueira, 1997, p.55).

Neste sentido, a possibilidade de os sujeitos participarem do mercado de trocas sociais permite gerar e transformar valores, o que os retira de um lugar constituído pela ausência de valor social que decorre da exclusão do mercado de trabalho.

Desenvolvendo uma proposta de intervenção a partir da saúde

A intervenção que realizamos teve a forma de *pesquisa-ação*, com a proposta de trazer a discussão do cooperativismo para a população de rua, a fim de elaborar alternativas à situação de exclusão social e do trabalho. Reuniões abertas à participação de todos os interessados foi o recurso metodológico utilizado que permitiu trazer o interesse da população para o tema do cooperativismo. A divulgação dessas reuniões deu-se por meio da fixação de cartazes, bem como da abordagem direta aos sujeitos, nos diversos espaços de vivência do projeto.

A partir de uma intervenção feita por profissionais da área de saúde, buscou-se desenvolver um projeto que resultasse num resgate de valor subjetivo a pessoas que sistematicamente sofrem o massacre social que os coloca na situação limite de desvalor, o que freqüentemente os leva a uma progressiva perda de condições de saúde.

As pessoas que em algum momento estiveram inseridas na discussão da cooperativa se caracterizam, em sua maioria, por homens com idade em torno de 36 anos, desempregados aproximadamente há quatro anos em média, em situação de exercer empregos temporários (bicos), tendo, basicamente, como fonte de renda a venda de materiais recicláveis e as bolsas dos programas de auxílio da Prefeitura de São Paulo¹². A maior parte desses sujeitos estava residindo em albergues no momento da nossa intervenção.

As reuniões eram realizadas sempre no mesmo local, dia e horário. No total foram agendados 17 encontros entre visitas e reuniões, oito dos quais efetivamente aconteceram. A participação dos sujeitos nesses encontros variou bastante e caracterizou-se basicamente pela presença de um núcleo fixo, composto por cinco pessoas e um núcleo rotativo, composto por pessoas que em algum momento participaram do processo.

As discussões realizadas em cada encontro eram decididas na reunião anterior; os temas discutidos eram trazidos pelos protagonistas do processo, sendo estes os estruturantes do trabalho de campo. A fim de tornar a proposta do cooperativismo mais concreta no cotidiano dos participantes, propusemos visitas a cooperativas já constituídas¹³.

A idéia de constituir uma cooperativa de trabalho partiu, inicialmente, de reuniões entre técnicos e usuários da ONG, sendo a intervenção parte do estágio curricular em Terapia Ocupacional no Campo Social oferecido ao 4º ano do curso de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo.

As supervisões e discussões ocorridas durante o período do estágio facilitaram a aproximação com o cotidiano e as diferentes problemáticas que envolvem a população em situação de rua, bem como permitiram nossa inserção e intervenção no espaço da Associação. Já as discussões sobre cooperativismo eram alimentadas pela nossa participação no programa de extensão universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade de São Paulo (USP).

Ao longo de nossa intervenção, nas reuniões com a população, as discussões giraram basicamente em torno da forma de organização das próprias reuniões e de dois eixos estruturantes: *o cooperativismo como forma de geração de renda e a possibilidade de participar de cooperativas já constituídas*. A primeira dificuldade com que nos deparamos foi a de constituir um lugar e um tempo fixo e coletivo para desenvolvermos as discussões, uma vez que essa população parece estar habituada ao ir e vir cotidiano considerando, nesse trânsito, apenas o próprio ritmo das atividades pessoais.

Incubação de cooperativa, geração de valor e intervenção em saúde

A *primeira reunião* contou com a participação de 12 pessoas, tendo como tema central de discussão os motivos que traziam os sujeitos àquela reunião. Aos poucos o objetivo comum ia se delineando e se traduzindo na expectativa de conseguir um *emprego*. As

¹² Estes programas visam auxiliar, por um período de seis meses, pessoas que vivem no limiar da pobreza, são eles o programa 'Começar de Novo' e o 'Bolsa Trabalho'.

¹³ Entendendo como cooperativas já constituídas aquelas que são auto-sustentáveis e reconhecidas juridicamente como cooperativas.



falas atestavam essa intenção: “*vim aqui porque estou desempregado e preciso de um emprego*” ou, “*não entendo nada de cooperativa, mas preciso de um emprego*”, até, “*tentei por diversas vezes sair das ruas sozinho e não consegui*”. O emprego, ou melhor, a falta dele, é um elemento representativo da situação de exclusão; a possibilidade de exercer uma atividade produtiva reconhecida socialmente pode significar um primeiro passo no sentido de reverter esse quadro. Por outro lado, a cultura capitalista e a relação de venda da própria força de trabalho ainda parecem representar um ideal para a população de rua, quando se trata de propor geração de trabalho e de renda.

A *segunda reunião* contou com um número menor de participantes, um total de nove pessoas, e discutiu-se a possibilidade de participar de uma cooperativa já organizada e que trabalhava na coleta de materiais recicláveis, visto que esta é uma prática que sustenta vários moradores de rua. Diante dessa possibilidade sugerimos a realização de algumas visitas a diferentes empreendimentos cooperativistas, a fim de favorecer uma aproximação ao cotidiano e à complexidade organizacional que envolvem a estrutura cooperativista. Pensávamos, desta forma, em construir junto àquela população outras perspectivas de entrada num espaço produtivo que teria uma abertura para potenciais cooperados.

No *terceiro encontro*, com a participação de cinco pessoas, a discussão aprofundou a reflexão sobre a possibilidade de participar de uma cooperativa já constituída. Ressaltou-se a importância das visitas a empreendimentos cooperativos, como forma de estimular o amadurecimento da discussão entre a população de rua, além de viabilizar o estudo de propostas e alternativas de participação em outros empreendimentos por parte das pessoas interessadas.

Com o propósito de viabilizar as idas às cooperativas em atividade, agendou-se para o *quarto encontro* a visita a uma cooperativa de materiais recicláveis. Entretanto, esta visita não ocorreu devido à ausência dos interessados ao compromisso previamente combinado. Posteriormente os ausentes se justificaram, alegando esquecimento e outras prioridades ligadas à própria sobrevivência como fatores da ausência. Naquele momento parecia haver uma ambivalência do grupo quando se tratava de viabilizar o acesso a espaços já constituídos.

No *quinto encontro*, sete pessoas se disseram interessadas na realização das visitas. Um novo agendamento, dessa vez com sucesso, permitiu um primeiro contato direto com uma cooperativa. Observou-se comportamentos e interesses diferentes perante a proposta do cooperativismo. Houve quem se mostrasse indiferente à proposta e houve, também, quem se dissesse interessado nas diferentes questões que envolvem a constituição de um empreendimento cooperativista como, por exemplo, número mínimo necessário de participantes para se constituir uma cooperativa; principais obstáculos a serem superados na construção desses espaços; forma de organização e de relações interpessoais entre os cooperados.

A realização dessa visita facilitou a compreensão, pelo grupo, da organização e do funcionamento de uma cooperativa, além de acrescentar elementos para a discussão das relações e da organização do trabalho dos cooperados.

Visando refletir e discutir as observações, críticas e dúvidas originadas pela visita realizada, marcamos o *sexto encontro*, caracterizado pela presença de um único sujeito, o qual, disposto a encaminhar as discussões do cooperativismo, lamentava a desarticulação das pessoas verbalizando: “*o povo da Associação não quer nada com nada, acham que o albergue é a casa deles e que a Associação tem obrigação de dar comida. Uma cooperativa aqui é difícil*”. Esse movimento que alterna momentos de adesão e de afastamento da proposta parece ser um aspecto importante a ser considerado quando pensamos no processo de incubação de uma cooperativa com moradores de rua.

O *sétimo encontro* contou com a presença de sete sujeitos e caracterizou-se pela retomada da reflexão sobre a possibilidade de participação em cooperativas de trabalho já constituídas. Novamente os participantes da reunião reiteraram a importância das visitas a

empreendimentos em funcionamento, como um fator que lhes facilitaria a compreensão sobre a proposta do cooperativismo.

Combinamos, então para o *oitavo encontro* uma nova visita a um empreendimento cooperativista. Porém, novamente a ausência dos participantes nesse encontro impediu que a visita ocorresse.

Na semana em que deveríamos realizar o *nono encontro*, houve uma ausência geral do grupo. Foram duas semanas sucessivas de ausência de discussões sobre o trabalho.

Na semana seguinte pudemos, finalmente, realizar o *décimo encontro*, com a participação de três pessoas, que justificaram a ausência nas semanas anteriores, alegando motivos tais como: esquecimento do compromisso assumido; impossibilidade de comparecer à visita por não se sentir adequadamente vestido; prioridade a outros compromissos, entre outros. Pode-se observar, nessa ocasião, que o grupo enfrentava dificuldades para se organizar em torno de uma proposta de trabalho. Entretanto não foi feita nenhuma discussão a esse respeito, naquele momento.

O *décimo primeiro* encontro contou com a participação de três pessoas, e buscamos discutir sobre as possíveis causas da aparente falta de entusiasmo e, mesmo, da desistência de algumas pessoas do processo de discussão sobre o trabalho. Naquele encontro os participantes discutiram o tema e pareciam desanimados quando afirmavam que “*esse negócio de cooperativa aqui não dá certo. O povo de albergue não quer nada com nada*”. Diante disso perguntamos se seria interessante mudarmos a forma das reuniões, porém chegou-se à conclusão de que essas deveriam permanecer com a mesma dinâmica por favorecer uma aproximação da temática do cooperativismo, além de propiciar uma liberdade de expressão das idéias e das dúvidas.

Ainda no *décimo primeiro* encontro, propusemos uma reflexão sobre a proposta de realização das visitas. Ao relatarmos a constituição de uma cooperativa de reciclagem de lixo urbano, os participantes da reunião mostraram-se entusiasmados em conhecê-la. Essa cooperativa, de catadores de materiais recicláveis, era composta por moradores ou ex-moradores de rua. Marcamos, então, uma próxima visita, com algum tempo de antecedência, a fim de que todos os interessados pudessem participar da mesma.

Nas três semanas que antecederam a realização dessa visita, mantivemo-nos presentes no espaço da Associação sempre no dia e horário combinado, a fim de que não se perdesse o contato e o estímulo que unia aquelas pessoas em torno de novas possibilidades de geração de renda.

A visita à cooperativa de catadores finalmente ocorreu, com a participação de duas pessoas apenas. Porém ambas se mostraram bastante curiosas e levantaram várias questões sobre união e confiança entre os cooperados, bem como questões relativas à integração necessária entre os cooperados para que o trabalho se constituísse.

Na semana que se sucedeu a essa visita não pudemos comparecer à Associação, como de costume. Isso certamente teve um reflexo negativo sobre o entusiasmo do grupo que havia comparecido à visita, pois, embora nas semanas seguintes mantivéssemos nossa presença na Associação, não foi possível realizar qualquer discussão sobre a visita à cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

Após essa visita não realizamos outra reunião de discussão do trabalho. Acreditamos que houve, em decorrência das faltas, um progressivo afastamento das pessoas que estavam minimamente envolvidas na proposta de discussão do cooperativismo. Essa desmobilização coletiva resultou no encerramento do trabalho.

Discussão

Diversos fatores parecem ter concorrido para que nossa intervenção não alcançasse o êxito esperado e alguns deles podem ser observados a partir de nossa participação na pesquisa.

Certamente, um aspecto que deve ser considerado inicialmente diz respeito ao fato de que nossa intervenção se desenvolveu como requisito de formação em um curso de



graduação. Assim sendo, estávamos numa situação de constante aprendizado e avaliação, o que nos colocava numa condição subjetiva bastante particular.

A rotatividade das pessoas (que parece ser característica da população em situação de rua) ao longo do processo de intervenção, bem como um interesse intermitente por parte do grupo envolvido nas discussões, tiveram um efeito negativo sobre nossa confiança na capacidade de realizarmos a intervenção a contento. Dessa maneira, ao período de afastamento dos participantes corresponderam duas semanas de nossa ausência no campo, desarticulando a união das poucas pessoas que permaneciam interessadas no processo.

A diversidade de projetos, oferecidos pelos inúmeros equipamentos de auxílio voltados a essa população, também parece contribuir para uma baixa disposição de busca pela autonomia por parte da população em situação de rua. Esses equipamentos (em que pese sua inegável relevância para a sobrevivência dessa população), ao suprirem parte das necessidades cotidianas desses sujeitos, podem vir a constituir um empecilho à construção de estratégias que estimulem a busca da autonomia e a superação da situação de progressiva desfiliação decorrente do dia-a-dia nas ruas. A relação estabelecida entre esses equipamentos e a população em situação de rua tende a perpetuar um laço de dependência, incompatível com a proposta de resgate da cidadania, ao mesmo tempo em que mantém as pessoas numa situação passiva e tutelada, que vai de encontro às prerrogativas necessárias ao empreendimento cooperativista. De acordo com Domingues Jr., (2003), a “(...) *extrema dependência das instituições, públicas ou privadas, na sua sobrevivência cotidiana estilhaça a idéia de autonomia nestes indivíduos (...)*” (p.9).

Uma questão que nos chamou a atenção foi o valor residual da perspectiva de *empregar-se* mostrado logo no primeiro encontro com a população. A discussão sobre possibilidade de *trabalho e geração de renda* não encontrava a mesma ressonância entre os participantes, o que constituiu um obstáculo a ser superado antes de apresentarmos a proposta do cooperativismo.

Dessa forma, a organização em torno de uma cooperativa de trabalho se caracterizava, para uma parcela do grupo de participantes, não como uma possibilidade de gerar trabalho e renda, mas como uma alternativa temporária, transitória, diante da situação de desemprego vigente. A necessidade de busca cotidiana por emprego era constantemente enfatizada por algumas pessoas do grupo. Assim, por vezes a discussão sobre cooperativismo adquiria um caráter irrelevante perante o reconhecimento grupal do *emprego* como única forma desejável de trabalho, e essa perspectiva certamente se opunha à articulação das pessoas em torno de um projeto de trabalho coletivo.

Um outro fator que parece ter dificultado a participação dos sujeitos nas discussões e na estruturação de um projeto cooperativista é a lógica capitalista subjacente às representações sociais do trabalho em nossa sociedade. Nessa perspectiva, o trabalho é visto como uma atividade econômica exercida por meio de uma relação de contrato e caracterizada simbolicamente pelo registro em carteira profissional. Isso corrobora a tese de que “(...) *a legitimidade social, a dignidade pessoal se firma através da ética do trabalho*” (Vieira et al., 1994, p.18).

Outro ponto relevante a ser considerado é o fato de que, apesar de a proposta de constituição de uma cooperativa ter partido inicialmente dos usuários da Associação, esses resistiram em se colocar como protagonistas desse processo de discussão. No decorrer de nossa intervenção, foi possível observar uma expectativa constante do grupo por iniciativas e deliberações externas ao próprio grupo. Essas constituíam, muitas vezes, o ponto de partida para a organização interna do grupo. Em alguns momentos foi evidente a solicitação por uma coordenação das discussões que direcionasse a organização cooperativista. Nesse sentido o grupo teve alguma dificuldade em se apropriar da lógica de trabalho proposta pela Economia Solidária. Essa dificuldade pode estar diretamente relacionada com a situação de desvalor a que as pessoas em situação de rua estão constantemente expostas. Assim, a

fragilização da auto-estima, corroborada por uma atribuição de desvalor social tende a tornar árdua a tarefa de propor uma organização em torno da produção e da circulação de bens e de valores materiais e subjetivos.

A perspectiva de organização proposta pela Economia Solidária e pelo movimento cooperativista assenta-se sobre os pressupostos da descentralização de poder e de informações; da autonomia e independência dos sujeitos e; da responsabilidade do grupo pelo processo de trabalho. É importante observar que apesar de serem claros os pressupostos organizacionais da Economia Solidária, há a tendência constante de se construir relações pautadas pela lógica da Economia de Mercado, uma vez que esta, como observamos acima, integra as representações sociais de trabalho que circulam na sociedade contemporânea.

Também a população em situação de rua refere-se à lógica do mercado e da sociedade do *emprego* quando solicita a presença constante de um mediador para que o trabalho se desenvolva. Isso fica explícito na afirmação de um dos participantes quando refere que, **“se você não marcar, as coisas não acontecem, você é a manda chuva”**. Por outro lado, é necessário ressaltar que, nossa intenção de realizar a intervenção com êxito, muitas vezes fez com que assumíssemos precipitadamente a organização das atividades do grupo, o que de certa maneira pode ter contribuído para reiterar uma perspectiva de que as pessoas em situação de rua são *incapazes* para desenvolver a autonomia necessária para gerir a própria existência.

Outro aspecto que merece ser considerado diz respeito às visitas que foram realizadas para estimular a mobilização do grupo. Essas visitas a cooperativas compostas por moradores ou ex-moradores de rua e que trabalham com coleta de materiais recicláveis podem ter tido um efeito contrário ao que pretendíamos. Isso porque nas duas cooperativas visitadas, fomos recebidos por técnicos (assistente social e educador) que, apesar de prestarem serviços à cooperativa, não eram membros das mesmas.

Foi curioso observar que os cooperados, ao nos receberem para a visita, solicitavam que aguardássemos os técnicos. Esses se encarregavam de relatar o processo de constituição da cooperativa e a forma de organização do trabalho, apesar de serem externos à própria cooperativa. Ou seja, surpreendeu-nos que essas informações não partissem dos próprios cooperados, uma vez que esses poderiam relatar, se não da mesma forma, certamente com mais riqueza de detalhes e com mais propriedade, o dia a dia da cooperativa, uma vez que são eles que vivem integralmente o processo do trabalho.

Esse acontecimento certamente repercutiu sobre a organização do grupo da Associação. O contato com um grupo que se eximia da responsabilidade de apresentar o próprio trabalho teve desdobramentos em nossa discussão e estimulou a demanda por uma coordenação externa ao grupo. Por outro lado, coube-nos realizar uma discussão que colocou em questão a legitimidade do lugar ocupado pelos técnicos em algumas cooperativas. Pudemos aproveitar a ocasião da experiência resultante da visita para reiterarmos junto ao grupo os princípios da Economia Solidária quando propõe que não haja, nas cooperativas, figuras intermediadoras das relações, sendo o espaço do trabalho aquele de livre expressão da autonomia e da independência dos cooperados.

Essa experiência das visitas ainda nos remeteu a uma reflexão acerca do papel e do lugar que deve ser ocupado pela pessoa que realiza o processo de incubação cooperativista de um grupo constituído por sujeitos com características, vivências e processos cotidianos tão particulares. Certamente parte do processo de incubação deve ser desenvolvido ao longo da própria intervenção, embora as matrizes desse processo possam ser comuns a várias experiências na Economia Solidária. Porém é necessário ter em mente as peculiaridades de uma população com extrema dificuldade em se apropriar de uma proposta que pretende estabelecer vínculos de cooperação e de produção, uma vez que seu dia-a-dia está submetido ao extremo abandono decorrente do processo de desfiliação e de precarização das relações sociais.





Também merece referência o fato de que nossa inserção na Associação se deu a partir do curso de graduação em Terapia Ocupacional, com a proposta de realizarmos ali nossas atividades de estágio em Terapia Ocupacional Social. A proposta de constituir uma cooperativa partiu dos usuários da Associação e decorreu do fato de sabermos que freqüentávamos a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP. Dessa forma parece ter havido tanto da parte dos usuários, quanto de nossa parte uma certa sobreposição de papéis. Num primeiro momento participávamos de diferentes atividades de estágio com a função de organizar e coordenar algumas atividades com os usuários do equipamento. Ao iniciarmos a discussão do cooperativismo, as atividades de estágio fundiram-se àquelas de incubação da cooperativa, interferindo na possibilidade de apropriação dos usuários do processo de constituição da cooperativa, que insistiam em que coordenássemos também esse processo.

Um fator que nos pareceu decisivo para dificultar a estruturação da cooperativa, diz respeito ao baixíssimo ou quase inexistente poder contratual, entendido como a possibilidade do sujeito adjudicar valores aptos ao processo de trocas sociais, da população em situação de rua. Durante o trabalho de discussão da cooperativa, diversas vezes observamos a dificuldade do grupo para tomar decisões, para se posicionar perante determinadas situações, para definir internamente os próprios projetos com base no desejo e na vontade do grupo.

Por outro lado, acreditamos que, pelo fato de o cooperativismo estar vinculado a uma nova lógica de relações de trabalho, a adesão às discussões careceria de mais tempo para amadurecer. Talvez fosse necessário ter intensificado, em alguns momentos, o trabalho de sensibilização das pessoas para a proposta, bem como de potencialização ou de *empoderamento* dos sujeitos, a fim de que, ao aderirem ao processo de constituição de uma cooperativa, tivessem como objetivo produzir novas formas de relações sociais, que podem constituir alternativas à exclusão a que estão expostos.

Ao pensar a constituição de uma cooperativa, ou seja, uma atividade de trabalho, para pessoas em situação de rua que perderam total ou parcialmente as redes de suporte que garantiam sua sobrevivência, fora do contexto da rua, pensamos em uma possibilidade de intervenção da Terapia Ocupacional. Esta tem como propósito a criação e recriação de redes relacionais de suporte, bem como a potencialização dos sujeitos na construção de sua autonomia e independência de modo a possibilitar sua inserção no mundo de trocas sociais. Assim, os projetos de trabalho devem buscar a mudança do papel de excluídos da ordem e da produção, potencializando as capacidades individuais dos sujeitos e resgatando a autonomia dos mesmos, de modo que estes consigam se inserir em coletividades por meio de uma outra lógica de trabalho.

Entretanto, é importante não perder de vista que a constituição de uma cooperativa é, sobretudo, um empreendimento econômico, constituído por sujeitos que, por diferentes razões, optaram por esta forma de organização. Acreditamos que, embora seja possível conjugar o trabalho de incubação com aquele de outras áreas do conhecimento, é necessário evitar a captura do processo de constituição de uma cooperativa pela lógica que tende a reduzir fenômenos sociais a processos individuais. Nesse sentido, o processo de incubação de cooperativas não pode ser visto simplesmente como um processo terapêutico, mas deve manter o vigor de um processo que é, antes de mais nada, social e político.

Referências

- CASTEL, R. **Las trampas de la exclusión**: trabajo e utilidad social. Buenos Aire: Topia, 2004.
- CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale**: une chronique du salariat. Paris: Gallimard, 1995.
- DOMINGUES JR., P. L. **Cooperativa e a construção da cidadania da população de rua**. São Paulo:

ESPAÇO ABERTO

Loyola, 2003.

NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.) **No meio da rua:** nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p.56-87.

NOGUEIRA, F. Um direito ao trabalho: um instrumento no processo de desconstrução do manicômio em Santos, São Paulo. **Revista de T.O. da USP**, v.8, n.1, p.53-6, 1997.

SINGER, P. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.) **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p.123-34.

VIEIRA, M. A. C. (Org.) **População de rua:** quem é, como é vista. Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, Prefeitura de São Paulo. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.



The purpose of this article is to discuss the possibility of reverting the situation of exclusion to which the homeless of the major urban centers are subject. To this end, we describe an intervention of occupational therapists that sought to establish a cooperative among the homeless; as their starting point, they relied on an intervention that adopted a healthcare perspective, understood as a life production state. The intervention, which occurred in the form of research-action, enabled the development of thoughts that may help the discussions and actions of those professionals from different fields of knowledge who are committed to reinstating, among the homeless, the condition of subjects, as well as the development of public policies concerning the homeless.

KEYWORDS: health. homeless population. cooperative work. urban health services.

Este artigo pretende discutir a possibilidade de reverter a situação de desfiliação a que está submetida à população das ruas dos grandes centros urbanos. Para tanto relata-se a intervenção feita por profissionais de terapia ocupacional que, a partir de uma intervenção que se constitui sob a perspectiva da saúde, entendida como um estado de produção de vida, buscam incubar uma cooperativa de trabalho com moradores de rua. A intervenção, que se deu sob a forma de pesquisa-ação, permitiu que se elaborasse algumas reflexões que podem contribuir para a discussão e para a ação de profissionais de diversas áreas do conhecimento que estão comprometidos com o resgate da condição de sujeitos e com a construção de políticas públicas voltadas para a população de rua.

PALAVRAS-CHAVE: saúde. população de rua. cooperativismo. trabalho. serviços urbanos de saúde.

Este artículo pretende discutir la posibilidad de revertir la situación de desafilación a que está sometida la población de la calle de los grandes centros urbanos. Para eso se relata la intervención hecha por profesionales de terapia ocupacional que, desde una intervención constituida bajo la perspectiva de la salud, entendida como un estado de producción de vida, buscan incubar una cooperativa de trabajo con personas de la calle. La intervención, que se dio en la forma de investigación-acción, permitió que se elaboraran algunas reflexiones que puedan contribuir para la discusión y para la acción de profesionales de diversas áreas del conocimiento que están comprometidos con el rescate de la condición de sujetos y con la construcción de políticas públicas dirigidas a la población de la calle.

PALABRAS CLAVE: salud. población de la calle. cooperativismo. trabajo. servicios urbanos de salud.

Recebido para publicação em: 28/06/05. Aprovado para publicação em: 04/11/05.